

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.559 - RO (2019/0013428-5)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : ADELSON MARTINS**  
**ADVOGADO : ADEMAR DOS SANTOS SILVA E OUTRO(S) - RO000810**  
**AGRAVADO : ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PROCURADORES : EVANIR ANTÔNIO DE BORBA - RO000776**  
**ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO - RO005985**  
**HAROLDO BATISTI - RO002535**

## **EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREPARO. DIFERIMENTO DAS CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. DESERÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. As custas devidas ao STJ têm natureza jurídica de taxa federal, instituída pela Lei n. 11.636/2007, de modo que o ato judicial local não tem o condão de postergar o pagamento da referida exação, sob pena de instituir uma isenção heterônoma, o que é vedado pela Constituição Federal. Precedentes.

2. De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, "havendo a determinação, cabe à parte realizar o pagamento em dobro ou impugnar a determinação com o recurso próprio. A juntada de nova petição, sem o cumprimento da determinação de recolhimento em dobro diante da falha na comprovação do preparo, gera a preclusão para a realização do ato de comprovação" (AgInt no REsp 1.793.225/CE, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/8/2019).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator